

O julgamento midiático do mensalão nas páginas da *Folha* e *Veja*¹

Eduardo NUNOMURA²

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica sobre a cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* e da revista *Veja* do julgamento do mensalão, ocorrido no segundo semestre de 2012. Ele abrange a relação entre imprensa e política, a partir da perspectiva da teoria social do escândalo político de J.B. Thompson, que mostra não só a importância dos meios de comunicação de massa, como também a sua influência crescente no processo político. A classificação do material discursivo das duas publicações foi feita a partir de análises quantitativa (seleção, agendamento e enquadramento das notícias) e qualitativa (método dos “pacotes interpretativos” de Gamson e Modigliani). Trata-se de uma etapa complementar à minha dissertação de Mestrado, defendida em dezembro de 2012, que empregou a mesma metodologia em estudo comparado entre a crise do mensalão (2005) e o caso do grampo do BNDES e dossiê Caymann (1998-99). Este trabalho se permitirá comparações com algumas conclusões já apresentadas pelo projeto de pesquisa. Os dados indicam que a cobertura do julgamento do mensalão pelos dois veículos adotou um tom ainda mais negativo do que nos escândalos anteriores, as sentenças foram consideradas um reconhecimento do trabalho da imprensa durante a crise de 2005 e que *Veja* apresentou novas denúncias na tentativa de envolver o ex-presidente Lula dentro do contexto de condenações que o Judiciário foi proclamando ao longo de 53 sessões.

Palavras-chave: análise quantitativa, análise qualitativa, comunicação política, mensalão, imprensa.

Introdução

As 53 sessões do julgamento do mensalão duraram quatro meses e meio e tiveram amplo destaque no noticiário da imprensa em praticamente todo o segundo semestre de 2012. Em 14 de outubro, a ombudman do jornal *Folha de S.Paulo*, Suzana Singer, escreveu a coluna “Endurecer sim, mas sem perder a razão”, na qual ela expôs sua contrariedade à capa com a condenação do petista José Dirceu no Supremo Tribunal

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do V Encontro da Compolítica, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 8 a 10 de maio de 2013.

² Mestre em Ciências das Comunicações da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo. Bacharel em Jornalismo pela ECA e em Ciência da Computação pelo Instituto de Matemática e Estatística (IME), ambas da USP. São Paulo-SP Brasil. Jornalista, foi repórter especial do jornal *O Estado de S. Paulo*, repórter e editor da revista *Veja* e redator da Agência Folha, e-mail: nunomura@gmail.com.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Federal (STF), publicada quatro dias antes. Em suas palavras: “Lembrava jornal sensacionalista no dia seguinte à prisão de um assassino conhecido.” Sua crítica ia mais além. A *Folha* tinha aumentado, extraordinariamente, o corpo habitual da letra de 80 para 174 da manchete. Em vez de usar um título, optou por uma só palavra, “CULPADOS”, e não “condenados”, o que seria correto e não carregaria um juízo moral. E explicitou que o veículo “derrapava” ao “resumir o escândalo do mensalão às figuras de Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Marcos Valério”, deixando de tratá-lo como uma “mácula histórica no governo Lula”.

Revelado pela imprensa, em junho de 2005, o escândalo³ do mensalão ficou conhecido como um complexo esquema de corrupção que envolveu partidos e líderes da base aliada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Pelas denúncias que foram ganhando forma e sentido ao longo da cobertura noticiosa, empresas do publicitário Marcos Valério teriam recebido 135,9 milhões de reais para pagamento de políticos de cinco partidos (PT, PMDB, PP, PL e PTB), recursos usados, de acordo com a alegação dos envolvidos, para quitar dívidas do PT e financiar ilegalmente campanhas eleitorais. Mas para a Procuradoria-Geral da República (PGR) o mensalão foi um esquema clandestino de financiamento político organizado pelo PT para garantir apoio a Lula no Congresso em 2003 e 2004. Foram denunciadas 38 pessoas. Em outubro de 2012, o STF condenou pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha líderes do PT, como José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT), e José Genoíno (ex-presidente do PT) apenas pelo de corrupção ativa.

J. B. Thompson, ao desenvolver sua *teoria social do escândalo*, procura desvendar a relação que se dá entre escândalo e mídia, lembrando que desde tempos remotos esse tipo de notícia “vende”. Os chamados escândalos político-midiáticos

³ Poucos, porém reconhecidos, jornalistas vieram a público contestar a condução da Ação Penal 470. Paulo Moreira Leite, então da revista *Época*, afirmou que “em sete anos de investigações, o mensalão transformou-se no discurso de um lado só” (LEITE, 2013, p. 341). Raimundo Rodrigues Pereira, da revista *Retrato do Brasil*, defende que o mensalão é “uma criatura fictícia, batizada com esse nome pelo deputado Roberto Jefferson em junho de 2005 e animada finalmente pelo STF com sua sentença no julgamento da AP 470 no final do ano passado” (PEREIRA, 2013, p. 26). Jânio de Freitas, da *Folha*, afirmou que “entre a insinuação mal disfarçada e a condenação explícita, a massa de reportagens e comentários lançados agora, sobre o mensalão, contém uma evidência condenatória que equivale à dispensa dos magistrados e das leis a que devem servir os seus saberes” (Ver *Folha*, 31/7/2012, “O julgamento na imprensa”)

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

(EPMs), segundo o autor, representam “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2002, p. 299) e muitos deles estão ligados à infração de regras e procedimentos para o exercício do poder político ou a formas de corrupção e conflitos de interesse incompatíveis com o exercício de cargos públicos. LIMA (2006, p. 13) entende, assim, que o EPM envolve a revelação, a partir da imprensa, de atividades que podem abalar a reputação de políticos, mas que o controle e a dinâmica de todo o processo, até seu desenlace final, deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e a mídia. E é por isso que ele considera que o caso mensalão é perfeitamente possível de ser enquadrado como tal porque a crise política “não existiria se não fosse *na e pela* mídia”.

Thompson explica que um escândalo midiático possui uma estrutura sequencial composta de quatro etapas, uma seguida da outra. Tudo começa com a (1ª etapa) divulgação pública do episódio, (2ª) passa por uma fase em que os protagonistas vão procurar “cortar o fluxo de informação” ao mesmo tempo em que jornalistas não param de buscar “novas conexões”, (3ª) atinge-se o clímax, que pode ser representado por “uma confissão de culpa, uma renúncia, uma demissão e/ou à instauração de um processo criminal, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações” e, por fim, (4ª) o momento em que jornalistas, políticos e outros envolvidos se engajam “em uma reflexão sobre os acontecimentos e as implicações” ou “pelo estabelecimento de uma comissão de investigação que poderá ter a tarefa de levar a efeito uma revisão completa e ampla das circunstâncias que subjazem ao escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 104-106). A Ação Penal (AP) 470 pode ser vista como essa última etapa.

Antes mesmo de o julgamento do mensalão começar, a imprensa publicou duas reportagens a cada minuto⁴ entre 2 e 13 de agosto de 2012. Nos meses seguintes, portais online e emissoras como a Globo News e a TV Justiça transmitiram ao vivo as sessões do STF. O assunto também tomou conta das redes sociais nesse período, reverberando a cobertura jornalística ostensiva. Advogados que defendiam os acusados chegaram a

⁴ Ver Portal *Comunique-se*, “Desde o início do julgamento, imprensa publica mais de 38 mil matérias sobre o Mensalão”, 13/8/2012. Disponível em: http://portal.comunique-se.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69455:desde-o-inicio-do-julgamento-imprensa-publica-mais-de-38-mil-materias-sobre-o-mensalao&catid=17:destaque-home&Itemid=20; Acesso em: 19/4/2013.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

dizer que houve antecipadamente “uma condenação pública promovida pelo tribunal midiático”⁵. Mas a imprensa não estava sendo julgada.

Este artigo procura jogar luzes sobre o julgamento do mensalão do ponto de vista da comunicação política. Qual foi o padrão da cobertura noticiosa? A imprensa conseguiu traduzir para o leitor o desfecho da crise política como sendo uma “mácula histórica no governo Lula”, tal como defendeu a ombudsman da *Folha*? Houve uma mudança substantiva dessa cobertura na comparação com a da crise política de 2005? E em relação a um outro EPM do governo de Fernando Henrique Cardoso?

A investigação empírica sobre a cobertura da *Folha de S.Paulo* e de *Veja*, somada a uma comparação com episódios anteriores realizada em outro projeto de pesquisa, evidencia que os dois veículos adotaram um tom ainda mais negativo, que as condenações foram consideradas um reconhecimento do trabalho da imprensa durante a crise política de 2005 e que era imperioso envolver a figura do ex-presidente Lula dentro do contexto de sentenças dadas contra líderes do PT. Antes de apresentar os dados, é preciso discorrer, brevemente, sobre o “escândalo do mensalão” e uma sucinta caracterização dos veículos de comunicação analisados. Na sequência, são apresentados as teorias do jornalismo e o método de investigação. Na penúltima seção, são revelados os resultados quantitativos e qualitativos. Por último, algumas reflexões sobre o estudo.

Sistema de mídia

O caso do mensalão começou a emergir a partir da publicação de uma reportagem de capa da revista *Veja*, “O homem-chave do PTB”, de 18 de maio de 2005. Trata-se da primeira revelação de um vídeo no qual o diretor dos Correios Maurício Marinho, indicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é flagrado recebendo de dois empresários 3 mil reais a título de adiantamento de propina. Mas a crise só ganhou ares de um escândalo em 6 de junho, quando o jornal *Folha de S.Paulo* publica uma entrevista da jornalista Renata Lo Prete com Roberto Jefferson, líder do PTB, que denuncia a existência do “mensalão”. É quando o surge o referido neologismo. O

⁵ Ver site *Carta Maior*, “Mensalão: Advogados escancaram incongruências da acusação”, 8/8/2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20686; Acesso em: 19/4/2013.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

bombardeio nos meses seguintes foi tão intenso que alguns formadores de opinião e veículos de comunicação, e abertamente a revista *Veja*⁶, davam como certa a derrota do então presidente Lula ainda no primeiro turno das eleições de 2006.

São poucas as ocasiões em que um tema acaba por monopolizar o noticiário num período de tempo tão extenso como foi com o mensalão. O quadro abaixo ilustra como *Folha* e *Veja* nunca mais deixariam de destacar essa pauta em suas páginas de política:

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
|--------------|-------|-------|------|------|------|------|------|-------|----------|
| Folha | 1.761 | 1.332 | 674 | 361 | 409 | 318 | 289 | 2.033 | Páginas |
| Veja | 194 | 108 | 132 | 91 | 71 | 434 | 86 | 307 | Citações |

As 2.033 páginas da *Folha* em 2012 nas quais houve uma ou mais citações da palavra “mensalão” dão uma ideia da força da tematização do escândalo. É como se o leitor recebesse durante 40 dias seguidos edições do jornal em que o neologismo que marcou o governo Lula fosse citado em todas as páginas. Em 2010, ano de disputa eleitoral para a Presidência da República, a revista *Veja* voltou à carga com esse tema, citando a palavra mais que o dobro de vezes em relação ao ano em que o neologismo surgiu no noticiário. Parece claro dizer que a imprensa fez do mensalão um de seus agendamentos mais evidentes nos últimos oito anos.

Além de os dois veículos terem participado da cobertura do escândalo desde o princípio, eles representam, cada qual em seu meio (jornal e revista), os líderes em vendas, com grande influência sobre a opinião pública. Em 2012, a *Folha de S. Paulo* era o jornal de circulação nacional mais vendido do país. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), sua circulação diária foi de 297.650 exemplares⁷. Em 1984, o jornal dá início ao Projeto Folha, cujos dois pilares centrais, o pluralismo e o apartidarismo, fizeram o veículo se distanciar de outros veículos de comunicação e ser duramente criticado. Mas, segundo Carlos Eduardo Lins e Silva (1988, apud

⁶ *Veja*, 21/12/2005, p. 55: “Além de mostrar a desidratação do presidente em seu penúltimo ano de mandato, os estudos [pesquisas de opinião] embutem outra conclusão, igualmente devastadora para Lula: a se confirmar a paisagem que se desenha no horizonte, os tucanos têm chances reais de liquidar a fatura já no primeiro turno das eleições de 2006”; e p. 57: “Esse humor mostra que milhões de brasileiros andam de cara amarrada com Lula. Mostra também que a disputa eleitoral de verdade se dará entre Serra e Alckmin no PSDB”.

⁷ Dados disponíveis em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 19/4/2013.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

PILAGALLO, 2012, p. 244), “os pressupostos básicos do Projeto Folha foram incorporados pela imprensa brasileira, para o bem ou para o mal”.

Já a consolidação de *Veja* como a principal revista do país só veio a ocorrer nos anos 1980, quando o veículo passou a participar ativamente de episódios relevantes da política recente brasileira. Foi, assim, “o veículo paulista que talvez mais tenha favorecido a candidatura de Collor” (PILAGALLO, *Ibid.*, p. 255), para, em seguida, publicar a entrevista com o irmão do presidente Pedro Collor, que teve “o efeito de uma bomba” (PILAGALLO, *Ibid.*, p. 266), saudou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República (*Ibid.*, p. 279), fez uma cobertura desequilibrada nas eleições de 2006, só com abordagens negativas ao presidente Lula (*Ibid.*, p. 305) e, em 2010, com *O Estado de S. Paulo*, foram os “veículos que mais se entregaram à campanha contra Dilma Rousseff” (PILAGALLO, *Ibid.*, p. 307). A historiadora Carla Luciana Silva defende que “a revista agiu muitas vezes nesses debates da grande política como partido, organizando e encaminhando a hegemonia capitalista” (SILVA, 2009, p. 24), podendo situá-la no campo da imprensa liberal.

Nesse sentido, parece-nos necessário aqui contrapor e corroborar com a concepção anterior de André Singer de que existe no Brasil um sistema de mídia agindo como se fosse um sistema partidário, mas independente dele, com nuances e matisms ideológicas próprias. “Não há nenhuma dúvida de que a imprensa brasileira conseguiu se constituir como poder. Em outras palavras, como aquele obstáculo que, segundo Montesquieu, tem capacidade de limitar outro poder” (SINGER, 2000, p. 62). Procurar desvendar o comportamento de *Veja* e da *Folha* depois da ascensão de Lula ao poder nos ajuda a compreender o papel da imprensa, já que os dois veículos são parte integrante e de relevo dentro desse sistema de mídia.

Com o pano de fundo das coberturas eleitorais presidenciais da imprensa de 1989 a 2002, AZEVEDO (2006) afirmou que poderia estar ocorrendo no país a cristalização de um pluralismo partidário, cenário que forçaria o surgimento de um jornalismo político e/ou partidário expressivo que desse conta de oferecer ao leitor perspectivas competitivas e mais balanceadas em relação aos atores do campo político. Paralelamente ocorreria, no sistema de mídia brasileiro, uma consolidação de um

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

jornalismo de informação em detrimento do jornalismo de opinião, num ambiente de maior concorrência no campo das Comunicações. Mas há um longo percurso para se chegar nesse patamar, já que os jornais ainda teriam força o bastante para ditar sua agenda para o restante da sociedade.

Em produção mais recente, AZEVEDO (2009) argumentou que existe uma tendência natural de conservadorismo da grande imprensa – em oposição à origem socialista do PT –, mas que alinhamentos dela com outros partidos podem ocorrer em conjunturas específicas (como com Collor em 1989). Apesar de concluir que a grande imprensa é, de fato, conservadora, o autor desautoriza interpretações mais apressadas sobre um suposto complô midiático que teria como inimigos declarados o PT ou Lula:

Independente de eventual militância antipetista de um ou outro veículo da grande imprensa, havia uma forte tensão entre valores ideológicos constitutivamente antagônicos entre o conjunto da grande imprensa (adepta, em variados graus e convicções, da economia de mercado e da democracia representativa) e o PT (socialista e abrigando internamente grupos críticos da democracia representativa). Este campo tensionado só sofreu mudanças no momento em que o PT se deslocou para o centro-político e se transformou num partido da ‘ordem’. (AZEVEDO, 2009, p. 63)

Na visão do autor, órgãos de mídia e PT voltam a se afastar em 2006, já como consequência do escândalo do mensalão, no qual a sigla perde sua aura de partido ético e, por tabela, “o reconhecimento positivo por parte da grande imprensa”. E isso seria o bastante para explicar o novo descolamento. “Mas, agora, na grande imprensa, a visão negativa da primeira fase, de um partido ‘radical’ com um programa político e econômico ‘irresponsável’, é substituída pela imagem de um partido eticamente frágil e com práticas políticas corruptas.” (AZEVEDO, *Ibid.*, p. 55).

Método e teorias do jornalismo

O esforço investigativo a que se propõe este trabalho baseia-se na análise da seleção, agendamento e enquadramento das notícias políticas publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* e na revista *Veja*. O *corpus* da pesquisa foi constituído da seguinte forma. Foram analisadas todas as 22 edições de *Veja* entre 31 de julho e 31 de

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

dezembro. Sempre que houvesse uma menção a um tema político⁸ na capa, seja como tema principal ou por meio de chamadas menores, essa edição forneceria as entradas do *corpus*. A classificação ocorreu sobre o material discursivo da capa e os respectivos textos (reportagens, boxes, editoriais, infografias etc) das páginas internas da revista.

Para a *Folha*, optou-se por fazer essa mesma classificação, porém tomando como referência a análise de três em três dias, de forma a obter uma amostra representativa do discurso do jornal. Essa escolha, embora possa transmitir um sinal de arbitrariedade, evitou que se analisassem sempre os mesmos dias da semana (só segundas ou terças-feiras e assim por diante) e permitiu flagrar os ecos das notícias relevantes que porventura tivessem sido publicadas em datas que ficaram de fora dessa grade. Para evitar perdas significativas, foram incluídas 6 edições (condenação dos primeiros réus e/ou de personagens como Roberto Jefferson e José Dirceu, presidente do STF querendo incluir Lula na investigação e conclusão do julgamento) por apresentarem fatos de grande destaque. Chegou-se a um total de 59 edições da *Folha*.

Para proceder a classificação do *corpus* em referência ao processo de seleção, optou-se por utilizar a lista de 12 fatores identificados por GALTUNG & RUGE. A concepção central é a de que um acontecimento acaba por ser selecionado sempre que mais fatores satisfaçam a alguns dos critérios abaixo (GALTUNG & RUGE, in TRAQUINA, 1999, p. 71):

| | |
|-----|---|
| 1. | Referência a pessoas de elite |
| 2. | Personalização |
| 3. | Interesse nacional ou humano |
| 4. | Abrangência (quantidade de envolvidos) |
| 5. | Negatividade |
| 6. | Novidade |
| 7. | Balanceamento (com o resto do noticiário) |
| 8. | Frequência |
| 9. | Clareza |
| 10. | Continuidade |
| 11. | Referência a nações de elite |
| 12. | Consonância (ao noticiário) |

⁸ Por tema político, compreendem-se todas as reportagens que faziam parte da seção Brasil da revista, que, na quase totalidade das vezes, são os textos inaugurais, excluindo-se as colunas e seções de notas curtas. Isso inclui desde questões relacionadas a partidos e Congresso até investigações policiais sobre personagens do universo da política.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Já a hipótese da *agenda setting* (MCCOMBS&SHAW,1972, p. 179) refere-se à ideia que existe uma forte correlação entre a ênfase que a mídia de massa atribui a determinadas questões, seja pela valorização do espaço que destina a elas ou pelo tamanho da cobertura noticiosa, e a importância que essas mesmas questões acabam ganhando perante a opinião pública. Ela acaba por impactar a chamada “ordem do dia” dos temas, argumentos, problemas e estabelece a hierarquia de importância e prioridade com que esses elementos vão estar expostos na própria “ordem do dia”.

Também é razoável supor que quanto menor for o conhecimento em relação a um determinado tema, mais as pessoas dependerão da imprensa para obter as informações e os quadros interpretativos relativos àquela área para formar seu conhecimento. Mas nunca é demais lembrar que “os media não criam autonomamente as notícias. Estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e creditáveis” (HALL, in TRAQUINA, 1999, p. 228). Disso surge o interesse em conhecer quem foram os definidores primários e, em alguns casos, secundários que estavam por trás do conjunto discursivo da imprensa. Essa classificação, que excluiu os editoriais (por se tratarem da opinião do veículo), fará a seguinte divisão para a origem da notícia:

| | |
|----|--|
| 1. | Oficialistas (autoridades do governo), partido ou coalizão do governo |
| 2. | Adversários (representantes de entidades de oposição ao governo) |
| 3. | Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Congresso |
| 4. | Peritos, especialistas, intelectuais, personagens desconhecidos, sociedade civil |
| 5. | o próprio jornal |
| 6. | outro veículo de comunicação |
| 7. | Empresas e mercado |
| 8. | não identificável |

O último passo para a análise quantitativa foi apurar quem o veículo responsabilizava pelo problema. Estabelecemos previamente à classificação das entradas 11 opções que imaginávamos serem as mais prováveis de ocorrerem. Na prática, essa escolha mostrou-se adequada por não ter surgido nenhum “outro responsável” na fase de classificação das entradas. As opções definidas foram:

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

| | |
|-----|--|
| 1. | incompetência/deficiência/omissão/conivência de autoridades do governo federal |
| 2. | judiciário moroso, leis brandas |
| 3. | conflito entre grupos rivais/oposição |
| 4. | sistema político/eleitoral, partido ou coalizão do governo |
| 5. | presidente da República |
| 6. | empresas e mercado |
| 7. | ação governamental |
| 8. | movimentos sociais |
| 9. | submundo da informação |
| 10. | imprensa |
| 11. | outros (opções não-citadas) |

Para cada entrada, o processo de classificação se preocupou ainda em buscar o enquadramento correspondente segundo o modelo de análise dos pacotes interpretativos, proposto por GAMSON e MODIGLIANI (1989) e GAMSON (2011). Recorremos a um modelo que julgamos adequado por reduzir riscos de análise arbitrária ou discricionária e, ao mesmo tempo, permitir a descoberta de enquadramentos sobre as questões e suas mudanças que ocorreram em casos distintos de escândalos políticos nos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma preocupação que nasceu desde o princípio do projeto de pesquisa.

Esse tipo de análise recorre à identificação de rotas interpretativas como operador analítico – grosso modo, frases que sintetizassem o que cada texto (reportagem, coluna ou editorial) ou imagem (gráfico, charge ou fotografia) procuravam dizer. O método faz parte da teoria cognitivista de GAMSON e MODIGLIANI (1989), tem a vantagem de criar matrizes comparáveis entre governos distintos e evidenciar *se e como* o tratamento dos casos sofreu alterações ao longo da mesma crise. “Quando essas associações se tornam recorrentes e seguem padrões de relação semântica similares, é possível, então, identificar-se aquilo que eles (os autores) denominaram de ‘pacotes interpretativos’”, aponta LYCARIÃO (2011, p. 268).

Trilhando passos semelhantes aos realizados por GAMSON e MODIGLIANI, construímos uma lista de referências com enquadramentos que se basearam em

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

informações do relatório⁹ da AP 470, iniciada em 2007 a partir de denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza. No STF, o ministro Joaquim Barbosa abriu a AP 470 contra 39 réus que responderam por crimes de improbidade administrativa, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

Chegou-se ao número de 83 rotas interpretativas (enquadramentos). Algumas delas foram acrescentadas por estarem ausentes de uma lista de referência inicial durante a classificação realizada, e refeitas sobre os materiais da mídia de massa. Elas também passaram por uma revisão durante e ao final da análise para evitar inconsistências. Por exemplo, uma nova rota poderia se mostrar necessária ao se deparar com uma dada notícia, mas depois era verificado que um novo enquadramento ficava restrito a essa entrada. Nesta situação, zerava-se o processo de codificação e verificava-se se uma outra rota já existente poderia abrigar tal entrada, com no máximo pequenas alterações que não maculassem o seu espírito original.

As 83 rotas iniciais, quando agrupadas, redundaram em 7 pacotes interpretativos, a saber: *vitimização*, *disputa eleitoral*, *disputa comercial*, *denúncia antecipada*, *protagonismo midiático*, *ação e reação* e *nenhum enquadramento codificável*. Para a classificação das entradas dos dois EPMS anteriores, o do mensalão e o caso grampo do BNDES e dossiê Caymann, elas se mostraram suficientes (NUNOMURA, 2012). No julgamento da AP 470, foi necessário criar seis novas rotas e um novo pacote, a *judicialização*. Estes faziam referência à rotina processual do processo penal no STF. É a partir dos oito pacotes interpretativos que será produzida a análise de conteúdo dos dois governos, apontando como foi produzida a narrativa jornalística.

Resultados quantitativos

O *corpus* da pesquisa foi constituído de 255 entradas (reportagens, colunas, editorias, infográficos, box, imagens e outros) publicadas em 59 edições da *Folha e 22*

⁹ No documento, consta a denúncia a 40 pessoas que estariam envolvidos no escândalo. O relatório foi extraído do site do Supremo Tribunal Federal. Com a morte do ex-deputado José Janene, em 2010, e o acordo judicial de Silvio Pereira, do PT, restaram 38 pessoas na acusação. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/relatorioMensalao.pdf>. Acesso em: 19/4 2013.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

de *Veja* no julgamento do mensalão. Os dados indicam que o noticiário sobre o julgamento do mensalão mereceu menor destaque da revista e do jornal, se comparado com as coberturas da crise política de 2005 (no governo Lula) e de 1998/99 (FHC). É razoável que isso acontecesse uma vez que se trata da fase final de um EPM.

Tabela 1 – Entradas analisadas

| Veículo | Edições | Entradas Julgamento | Entradas Julgamento/Edição | Entradas Lula/Edição | Entradas FHC/Edição |
|--------------|---------|---------------------|----------------------------|----------------------|---------------------|
| <i>Folha</i> | 59 | 220 | 3,73 | 8,46 | 5,40 |
| <i>Veja</i> | 22 | 35 | 1,59 | 5,88 | 5,20 |

Ao se analisar a quantidade de vezes que um tema político conquistou as capas dos veículos, percebe-se que a AP 470 produziu menos chamadas (positivas ou negativas) do que nos outros dois EPMs comparados. Isso indica que a revista e o jornal reduziram o destaque e/ou a ênfase para as questões da política. A *Folha* publicou 1,54 chamadas do julgamento do mensalão para cada edição. Esse menor destaque pode ter sido decorrência de um esgotamento do tema junto à opinião pública, já exaustivamente explorado desde 2005. O próprio jornal registrou a declaração do relator Joaquim Barbosa, já ao final do processo: “Eu acredito que a nação não aguenta mais este julgamento. Está na hora de acabar, está na hora” (*Folha*, 7/12/2012).

Tabela 2 – Chamadas de Primeira Página

| Veículo | Edições | Chamadas Julgamento | Chamadas Julgamento/Edição | Chamadas Lula/Edição | Chamadas FHC/Edição |
|--------------|---------|---------------------|----------------------------|----------------------|---------------------|
| <i>Folha</i> | 59 | 91 | 1,54 | 2,89 | 1,83 |
| <i>Veja</i> | 22 | 14 | 0,64 | 1,23 | 1,20 |

Particularizando o tom das chamadas de capa, *Folha* aumentou o tom negativo até mesmo se comparado com a época da cobertura da crise política de Lula. Já *Veja* manteve a crítica em patamar inferior ao de quando cobriu o escândalo do mensalão, porém bem acima da época dos casos grampo do BNDES e dossiê Caymann. Isso se explica pela presença de três capas em que se enaltecia, em nome do interesse público, a vitória da Justiça no Brasil e a emergência de Joaquim Barbosa na política brasileira.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Tabela 3 – Valência das chamadas de Primeira Página

| Veículo | Negativas Julgamento | Negativas Lula | Negativas FHC |
|--------------|----------------------|----------------|---------------|
| Folha | 98% | 93% | 67% |
| Veja | 79% | 96% | 67% |

O julgamento do mensalão mereceu oito editoriais de *Folha* e *Veja*, cada um, número significativamente menor que o empregado nos outros EPMs comparados, indicando que houve uma redução da preocupação do veículo em se expressar. Mas, em 13 de novembro, o jornal paulista publica um editorial de Primeira Página, expediente usado com parcimônia e que denota um posicionamento claro do veículo sobre um dado assunto. O diário celebrava as condenações de José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares como um “Julgamento para a História”.

Tabela 4 – Editoriais

| Veículo | Edições | Editoriais Julgamento | Chamadas Julgamento/Edição | Chamadas Lula/Edição | Chamadas FHC/Edição |
|--------------|-----------|-----------------------|----------------------------|----------------------|---------------------|
| Folha | 59 | 8 | 0,14 | 0,74 | 0,31 |
| Veja | 22 | 8 | 0,36 | 0,73 | 0,60 |

Por que a notícia foi escolhida

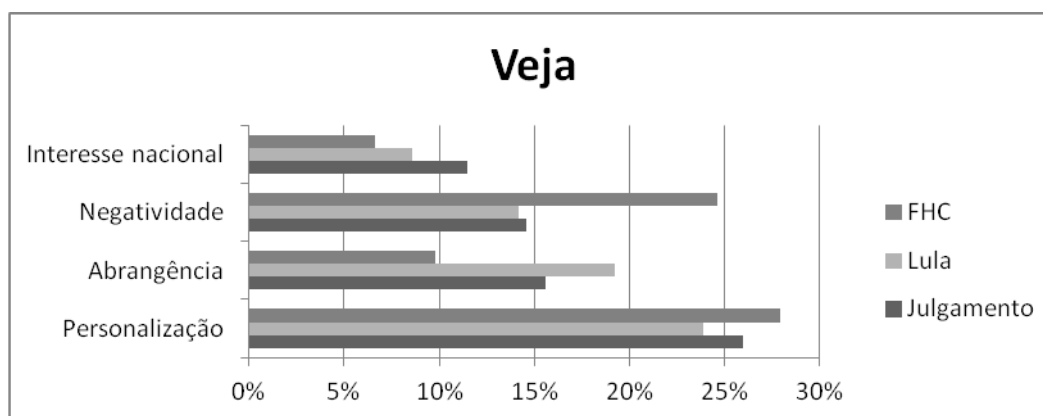
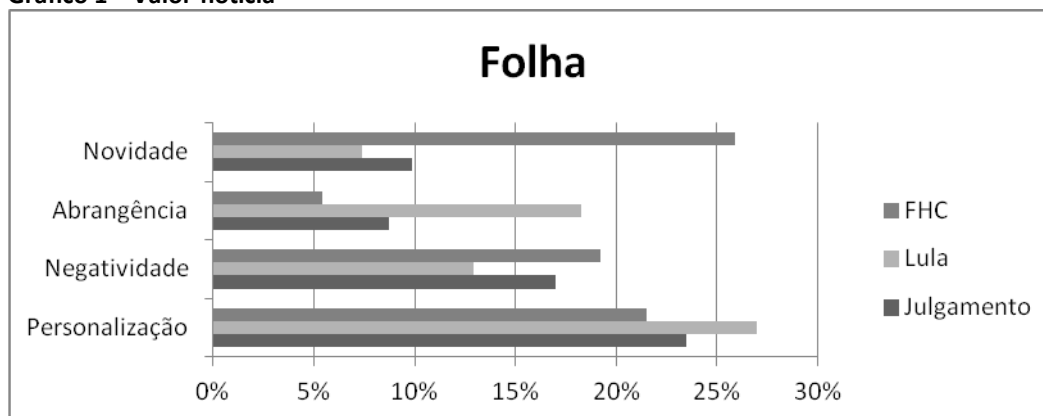
Quando um acontecimento é publicado num veículo impresso, podemos atribuir a ele um valor-notícia (*news value*), isto é, sobreviveu aos critérios que permitiram que um número reduzido de fatos fosse publicado numa data. O valor-notícia representa uma resposta à seguinte pergunta, explica WOLF (2008, p. 202): “Quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?”

Para procurar responder a essa questão, vamos inicialmente apresentar os resultados da classificação das entradas do *corpus* da pesquisa. Novamente a *personalização* da política se tornou evidente na cobertura noticiosa do julgamento do mensalão. *Folha* e *Veja* destacavam que os principais acusados pela Procuradoria Geral da República, notadamente José Dirceu, eram os alvos da maioria das reportagens, como se não houvesse outras dezenas de réus em julgamento. A *negatividade* e a

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

abrangência também pesaram para a escolha da notícia. A revista também demonstrava, em menor medida, que publicava as reportagens sobre o assunto em nome de um *interesse nacional*.

Gráfico 1 – Valor-notícia



A *personalização* implica no reconhecimento de que “graus” mais elevados nas hierarquias de poder econômico, da riqueza e do prestígio fazem notícia, não sendo demais reconhecer que “a hierarquia governamental é visível e definida de modo estável em ordem de autoridade, o que auxilia os jornalistas em suas avaliações de importância” (GANS, 1979, p. 147, apud WOLF, 2008, p. 211). Além disso, faz notícia aquilo que altera a rotina, que possui uma *negatividade* intrínseca, pois “quanto mais um acontecimento for negativo nas suas conseqüências, maior será sua probabilidade de se tornar notícia” (GALTUNG-RUGE, 1965, p. 119). Pois foram esses critérios que tiveram mais destaque na cobertura noticiosa da AP 470. A *abrangência* pode ser facilmente justificada pela quantidade de envolvidos.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Quem definiu o discurso

A *Folha* baseou seu noticiário nas fontes do Judiciário, sobretudo nos votos proferidos pelos ministros, assim como nos posicionamentos de advogados e do procurador-geral da República. Também não deixou de ouvir o "outro lado", que neste caso se configurou nas fontes *Oficialistas*, já que elas estavam sendo julgadas. *Veja* optou por fontes *Oficialistas*, porque foi bastante visível seu esforço de tentar acrescentar novas informações sobre o caso. Quando ela produziu reportagens com frases, coletadas de terceiros, do empresário Marcos Valério, a revista parecia querer que o julgamento ganhasse novos contornos e introduzisse o ex-presidente Lula nas sentenças, o que não ocorreu.

Tabela 5 – Definidores primários (fontes que definiram o enquadramento predominante)

| Fontes primárias | <i>Veja</i> | | | <i>Folha</i> | | |
|--|-------------|------|-----|--------------|------|-----|
| | Julgamento | Lula | FHC | Julgamento | Lula | FHC |
| Oficialistas | 43% | 19% | 43% | 24% | 49% | 47% |
| Adversários | 0% | 7% | 14% | 2% | 9% | 8% |
| Poder Judiciário, PGR, Polícia Federal, Congresso ou Receita Federal | 21% | 6% | 0% | 54% | 14% | 12% |
| Peritos independentes, especialistas, intelectuais, sociedade civil | 21% | 13% | 10% | 7% | 12% | 0% |
| O próprio veículo | 7% | 34% | 14% | 11% | 12% | 25% |
| Outro veículo de comunicação | 7% | 6% | 14% | 1% | 2% | 2% |

Folha e *Veja* utilizaram como fontes secundárias informações do próprio veículo, o que pode ser interpretado como uma consequência de seu esforço de cobertura na ocasião da crise do mensalão e agora estaria se provando que as denúncias à época mereciam a punição que foram ocorrendo ao longo do julgamento. O jornal procurou ainda dar espaço para a fala dos réus do julgamento.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Tabela 6 – Definidores secundários (fontes que definiram o enquadramento predominante)

| Fontes secundárias | Veja | | | Folha | | |
|--|------------|------|-----|------------|------|-----|
| | Julgamento | Lula | FHC | Julgamento | Lula | FHC |
| Oficialistas | 11% | 28% | 33% | 29% | 24% | 23% |
| Adversários | 0% | 4% | 17% | 2% | 32% | 36% |
| Poder Judiciário, PGR, Polícia Federal, Congresso ou Receita Federal | 11% | 4% | 33% | 20% | 13% | 13% |
| Peritos independentes, especialistas, intelectuais, sociedade civil | 33% | 17% | 0% | 2% | 5% | 0% |
| O próprio veículo | 44% | 21% | 0% | 33% | 5% | 6% |
| Outro veículo | 0% | 21% | 0% | 14% | 13% | 14% |

A Justiça que pune

A *Folha* foi firme em seu propósito de confirmar a *denúncia antecipada*¹⁰ que praticou no EPM de 2005, o que pode ser visto ao se analisar a ênfase dada à responsabilização de membros ligados ao partido do governo. Igualmente, não poupou críticas ao Judiciário, por brigas públicas entre membros do STF ou pelo abrandamento de penas para alguns dos acusados. E concluiu que o sistema político eleitoral brasileiro também estava sendo julgado e sentenciado. *Veja* foi dura contra os condenados, mas procurou associar as sentenças a uma condenação implícita do ex-presidente Lula, assim como do sistema político.

Tabela 6 – Quem o veículo responsabiliza pelo problema

| Responsabilização | Veja | | | Folha | | |
|----------------------|------------|------|-----|------------|------|-----|
| | Julgamento | Lula | FHC | Julgamento | Lula | FHC |
| Autoridades federais | 35% | 34% | 46% | 31% | 25% | 22% |
| Judiciário | 9% | 5% | 0% | 28% | 3% | 0% |
| Sistema político | 18% | 54% | 1% | 21% | 12% | 9% |
| Presidente | 24% | 29% | 1% | 6% | 34% | 13% |

¹⁰ NUNOMURA (2012, p. 125-126) criou o termo *denúncia antecipada* para designar um pacote interpretativo, representando o modo como a imprensa age nos escândalos políticos-midiáticos, quando ela incorre no risco de publicar informações imprecisas sem a devida checagem ou contraprova e o que mais importa é revelar os malfeitos de homens públicos aos primeiros sinais de uma suspeita.

Resultados qualitativos

Em 29 de setembro de 2012, pesquisa Datafolha¹¹ indicou que, entre os eleitores paulistanos, o que deve ser lido como um recorte específico da população, 81% não mudariam o voto em São Paulo por causa do julgamento do mensalão, e 51% disseram que ele não tem qualquer influência sobre o voto. Em relação ao conhecimento do processo, 65% disseram que estão de “mais ou menos informados” para “bem informados”, e apenas 18% responderam que desconheciam a realização do julgamento.

Diante do porcentual expressivo de pessoas que se disseram “mais ou menos” a par da AP 470, pode-se chegar à conclusão de que a informação chegou até elas pela grande exposição midiática. Tanto o que foi como o que deixou de ser publicado, seja por meio de metáforas, slogans, imagens visuais, apelos morais e outros dispositivos simbólicos, tiveram influência considerável no Brasil de 2012. Tratou-se, afinal, de uma longa narrativa, que começou em 2005.

O discurso da mídia sobre cada questão é uma história que se desenvolve continuamente através do tempo. Somente ao olhar a história como um todo podemos ver modos de pensar e pressuposições, que, se antes eram tidos como inquestionáveis, agora são contestados. (GAMSON, 2011, p. 49)

As formulações de Gamson impactaram uma grande quantidade de estudos de comunicação e opinião pública, justamente por procurar quantificar e qualificar o quanto o discurso da imprensa é reproduzido pelo cidadão comum. Em seu entendimento, as pessoas “não são tão passivas”, “não são tão estúpidas” e “negociam com as mensagens da mídia de maneira complexa, que varia de uma questão para a outra” (GAMSON, *Ibid.*, p.25), o que significa que os meios de comunicação de audiência nacional e geral são apenas um entre os vários fóruns públicos disponíveis. Mas é inegável que eles dominem os termos em que uma discussão é posta. Isso ocorre porque os veículos de comunicação de massa servem como produtores do discurso, com os jornalistas contribuindo para os enquadramentos das questões e criando seus próprios

¹¹ Folha, “Mensalão não muda o voto de 81% em São Paulo”, 29/9/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1161357-mensalao-nao-muda-o-voto-de-81-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 19/4/2013.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

slogans (vide o neologismo mensalão) e metáforas, e por representar “um espaço em que vários grupos sociais, instituições e ideologias lutam pela definição da realidade social” (GUREVITCH; LEVY, 1985 apud GAMSON, 2011, p. 49).

Antes de iniciar as explicações sobre os discursos da mídia, segundo o método dos “pacotes interpretativos”, apresentamos a tabela a seguir. Ela servirá de roteiro para a análise não-probabilística, e foram realçados apenas os índices superiores a 10%. GAMSON (2011) afirma que enquadramentos podem ser considerados visíveis se alcançam um limiar de ao menos 10% de destaque, que é a proporção de exibições atuais desse tipo de enquadramento em relação ao total de exibições expressa.

Tabela 7 – Pacotes interpretativos

| <i>Folha</i> | | <i>Veja</i> | | |
|--------------|------------|-------------|------------|-------------------------------|
| Rotas | % | Rotas | % | Pacote interpretativo |
| 24 | 11% | 0 | 0% | <i>Vitimização</i> |
| 33 | 15% | 9 | 26% | <i>Denúncia antecipada</i> |
| 6 | 3% | 5 | 14% | <i>Protagonismo midiático</i> |
| 106 | 48% | 18 | 51% | <i>Judicialização</i> |

Folha e *Veja* fizeram coberturas jornalísticas muito similares no julgamento do mensalão, onde a tônica principal foi predominantemente pela *judicialização* das narrativas. Não só por dar grande amplitude aos votos dos ministros do STF, mas sobretudo por tentar simplificar o conteúdo hermético do linguajar jurídico, os veículos procuraram constantemente mostrar a importância do que estava sendo julgado e suas implicações no mundo político.

O jornal e a revista evidenciaram, em segundo plano, a *denúncia antecipada*, o pacote interpretativo que mais se sobressaiu na cobertura da crise do mensalão, em 2005. Mesmo no noticiário do julgamento, e embora se tratasse da análise das provas, dos autos e das defesas dos envolvidos, portanto um debate que remete ao tempo passado, os veículos chegaram a tratar as notícias como se fossem fatos absolutamente novos, revelações nunca antes publicadas, revestindo-as com um caráter de denúncia. A cobertura intensa poderia permitir a incautos acreditar que se tratava de novos casos de corrupção, frescos, o ápice de uma crise, o equivalente à 3ª etapa dos escândalos midiáticos, segundo Thompson. *Folha* procurou também dar espaço para os réus, o que

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

fica claro no pacote *vitimização*, enquanto *Veja* optou por referenciar a si mesma e à imprensa pelo papel desempenhado na crise do mensalão (*protagonismo midiático*).

Judicialização

Nas primeiras semanas, os veículos procuraram engrandecer a AP 470, dizendo se tratar do “juízo do século” (*Veja*, 1/8/2012), aparar algumas arestas, como se seria válido o uso de provas colhidas na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios de 2005, discutir o que aconteceria com o rito das sessões após a aposentadoria do ministro César Peluzzo e os primeiros desentendimentos públicos entre os ministros da Corte Suprema. A *Folha* resumia o clima tenso entre os colegas: “De acordo com Marco Aurélio, a ‘segurança jurídica’ é mais importante. Ele diz que o tribunal está com mais de 700 processos prontos para serem julgados, mas o plenário do Supremo virou um tribunal ‘de processo único’.” (*Folha*, 15/8/2012).

Quando o julgamento completou um mês, a *Folha* produziu uma manchete prevendo o destino dos principais acusados: “Os ministros derrubaram boa parte das teses apresentadas pela defesa, **fixando a base para futuras condenações**” (*Folha*, 2/9/2012, grifos nossos). O jornal mostrava, àquela altura e com o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) já condenado, que o STF estava propenso a aceitar o chamado “ato de ofício” para configurar o crime de corrupção, sinalizando que mesmo na ausência de provas concretas as sentenças não seriam brandas. A revista semanal comemorou as primeiras condenações, não sem deixar de evidenciar seu foco de ataque: “A meta de Lula era clara: limpar a própria biografia e salvar petistas processados. Inocentar a companheirada ou, pelo menos, adiar o julgamento a fim de garantir a prescrição dos crimes imputados pelo Ministério Público Federal” (*Veja*, 5/9/2012).

Dentro dessa narrativa, era importante criar personagens que dessem tons pitorescos à cobertura, evitando que a complexidade da ação afugentasse a audiência, como bem apontou o jornalista Jânio de Freitas, numa das poucas vezes em que conseguiu aparecer com chamada em Primeira Página da *Folha*.

A confusão inesgotável que foram os votos dos ministros Rosa Weber e Luiz Fux, durante as duas horas e meia mais longas entre todas as horas de 15 sessões desse julgamento, foi mais do que exaustiva. Foi

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

de afastar, para sempre, todo espectador que não tivesse o dever funcional de submeter-se à exasperação. (*Folha*, 28/8/2012)

O relator da AP 470, Joaquim Barbosa, surge como a perfeita personificação do herói pela imprensa. Poucos teriam mais legitimidade para enfrentar o personagem antítese dessa narrativa, o ex-presidente Lula, que embora não estivesse entre os réus era a ele que se tentava atingir, direta ou indiretamente. Barbosa, negro e nascido pobre, mas que graças aos seus esforços conseguiu ascender socialmente, tinha autoridade suficiente para ser contraposta à popularidade do petista, que também teve uma infância sofrida e chegou ao posto máximo da República. Não havia nesse embate a clássica e contaminada oposição entre ricos e pobres. O próprio ministro do STF havia sido nomeado pelo ex-presidente, fato que não deixou de ser registrado pela colunista Eliane Catanhêde: “**Lula** escreveu certo por linhas tortas. Dizem que está **arrependidíssimo**. **Joaquim** é ministro de amor e ódio, de ame-o ou deixe-o. **Adorado pela opinião pública, é odiado por petistas de cúpula e de base**” (*Folha*, 2/10/2012, grifos nossos).

Veja foi quem mais carregou de loas o ministro Barbosa. Deu-lhe uma capa, destacando sua trajetória de carregador de tijolos a entregador de lenhas quando criança até sua performance incisiva no julgamento. O relator da AP 470 guardava outra qualidade aos olhos da imprensa: combatia ferozmente o revisor Ricardo Lewandowski, tido como o vilão entre os membros do colegiado do STF. A *Folha* chegou a apresentar as críticas do revisor à adoção da chamada “teoria do domínio do fato”, afirmando que só seria aplicável em casos excepcionais, como em épocas de guerra. Mas mesmo nesses textos o jornal fazia questão de dizer que os demais ministros não compartilhavam de suas interpretações. Lewandowski seria o vilão histriônico. Na mesma edição, o colunista Marcelo Coelho, escolhido pelo jornal para ser uma espécie de analista do julgamento, fez questão de afirmar que, ao invocar o depoimento de petistas que negavam a existência do mensalão, “**Lewandowski convence bem pouco** ao lembrar tudo isso agora” (*Folha*, 5/10/2012, grifos nossos).

Outro ministro que, com menor intensidade, teve de assumir o papel de vilão foi José Antonio Dias Toffoli. Segundo fez questão de registrar a imprensa, ele “advogou para o PT nas eleições de 2002 (quando Dirceu era o coordenador da campanha de Lula), foi assessor jurídico da liderança do PT na Câmara entre 1995 e 2000 e ocupou o

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

cargo de subchefe jurídico da Casa Civil até julho de 2005, logo após a queda de Dirceu” (*Folha*, 10/10/2012). Na véspera, o magistrado, que “namora a advogada Roberta Rangel, que participou da defesa de um dos réus petistas no processo em julgamento”, havia inocentado o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu. Com o noticiário crítico, *Folha* e *Veja* faziam um pré-julgamento sobre os votos do magistrado.

Àquela altura da cobertura, os ministros do STF não escondiam que passavam a se dirigir para a opinião pública, fato que a própria imprensa percebia e registrava: “**Coube a Marco Aurélio Mello, para sua alegria confessa**, o voto decisivo contra José Dirceu” (*Folha*, 11/10/2012, grifos nossos). Os pronunciamentos contundentes dos magistrados pareciam ter como meta conquistar os holofotes da mídia: “Estamos tratando de macrodelinquência governamental, da utilização abusiva, criminosa do aparato governamental”, disse Celso Mello. “Um projeto de governo que, muito mais do que continuidade administrativa, é seca e rasamente continuísmo governamental”, afirmou o presidente do STF, Ayres Britto. “Marco Aurélio ligou o número de réus com o 13 do PT: ‘Mostraram-se os integrantes em número de 13, é sintomático o número, mostraram-se os integrantes afinados’.” (*Folha*, 23/10/2012).

Com o fatiamento do julgamento, como quis Joaquim Barbosa, sendo por isso duramente criticado pelos advogados de defesa, para quem esse rito configuraria em “julgamento de exceção”, o noticiário pode ser publicado de forma mais didática do que se tivesse seguido o devido processo legal. Neste caso, cada réu seria julgado por todas as acusações e, se assim coubesse, sentenciado em seguida. Ao fatiar, primeiro o veredito foi dado e a sentença ficou para um segundo momento. Essa dinâmica permitiu que a imprensa publicasse a mesma notícia diversas vezes, como se cada uma fosse novidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando anunciaram as duas condenações e a dosimetria das penas de José Dirceu.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Figura 1 – Julgado e sentenciado



Dois editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* trouxeram questões pertinentes sobre as consequências do julgamento, que ainda levará anos para que possamos respondê-las com precisão. “Os condenados do mensalão devem, é óbvio, pagar pelo que fizeram. Mas não, numa espécie de expiação simbólica, pelas omissões de todo um sistema jurídico e social” (*Folha*, 20/10/2012) e “Com a decisão de ontem, como evitar que, no futuro, um STF enviesado se ponha a perseguir parlamentares de oposição?” (*Folha*, 18/12/2012), este último fragmento fazendo referência à decisão da Corte de mandar cassar os mandatos dos parlamentares sentenciados, o que gerou protestos por parte de membros do Legislativo.

Uma vez condenados os principais réus do mensalão, a narrativa da *judicialização* precisava apenas ser reforçada para não deixar de reiterar que as decisões ratificavam a *denúncia antecipada*, que tanto *Folha* quanto *Veja* adotaram na cobertura da crise do mensalão. O STF legitimava, assim, o noticiário de 2005:

Ao deixar o governo, Lula anunciou que dedicaria a vida a demonstrar que o **mensalão fora uma farsa tramada pela oposição com a ajuda da imprensa** com o objetivo de tirá-lo do poder por meio de um golpe. A lenda criada pela mente do ex-presidente, mesmo

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

repetida "goebbelsianamente" mil vezes, caiu no campo do ridículo.
(*Veja*, 24/10/2012, grifos nossos)

Uma última observação que merece ficar registrada. A presidente Dilma Rousseff, que é do PT e sucessora de Lula, foi preservada da cobertura do julgamento do mensalão. Não se encontrou no *corpus* da pesquisa entradas em que ela foi alvo de críticas ou pressão, exceto por ocasião da nomeação de um novo ministro do STF ou de quando defendeu o ex-presidente petista. Em 19 de novembro, a *Folha* registra uma entrevista que Dilma concedeu na véspera ao jornal espanhol *El País*¹², na qual ela diz que o Brasil não possui mais o formador de opinião, que “o povo não se deixa mais manipular” e ela própria foi eleita sem o apoio da imprensa ou dos grandes meios de comunicação de massa.

Denúncia antecipada

No julgamento do mensalão, o pacote *denúncia antecipada* reaparece com destaque. Na crise política de 2005, embora a associação entre impeachment e o petista tenha sido perseguida constantemente pela imprensa, Lula acabou não figurando entre os réus acusados pela PGR. Na AP 470, com *Veja* à frente desse processo, novas denúncias vieram à tona, procurando envolver o ex-presidente Lula na trama. No dia 19 de setembro, a revista informava aos seus leitores que trazia uma reportagem exclusiva com os segredos que o empresário Marcos Valério prometia tornar públicos: "Não podem condenar apenas os mequetrefes. Só não sobrou para o Lula porque eu, o Delúbio e o Zé (Dirceu) não falamos" (*Veja*, 19/9/2012).

A reportagem de *Veja* ganhou ampla repercussão nos demais veículos e resposta imediata do universo político. Membros da oposição pediram a inclusão de Lula nas investigações, aliados partiram para desqualificar a revista e o advogado de Marcos Valério informava que seu cliente não havia dado entrevista alguma. Impossível medir o quanto essa edição influenciou as condenações que viriam a seguir, mas com a retomada pelo STF do julgamento ‘núcleo político’ a *Folha* reconhecia essa possibilidade. “O

¹² *El País*, 18/11/2012. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2012/11/17/actualidad/1353171822_999141.html. Acesso em: 19/4/2013.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

juízo será retomado sob o impacto das revelações atribuídas pela revista ‘Veja’ ao empresário Marcos Valério” (*Folha*, 17/9/2012).

O semanário pautou a agenda midiática para além da AP 470 em si e conseguiu deixar a suspeição contra Lula no ar, mesmo sem apresentar provas. Na edição seguinte à reportagem de capa, editorial da revista compara a atitude do empresário mineiro com a entrevista de Pedro Collor, que fez a primeira denúncia contra o irmão de Fernando Collor de Mello, o único presidente que sofreu um impeachment no país: “A mensagem é de Marcos Valério. VEJA foi mensageira”, afirmou. “VEJA cumpriu sua missão de informar com fidelidade, coragem e espírito público testemunhados por pessoas com grande intimidade com o poder” (*Veja*, 26/9/2012).

Embora José Dirceu, “o segundo homem mais poderoso da República e que daqui para frente será lembrado como o chefe da quadrilha” (*Veja*, 26/12/2012), tivesse sido o alvo maior do noticiário no julgamento, era inevitável aproveitar a onda de condenações, e a visibilidade que o tema poderia estar sendo alcançado junto da opinião pública, para atingir também o ex-presidente Lula. Na *Folha*, um texto do jornalista Fernando Rodrigues ilumina essa argumentação:

Uma vez perguntei a Dirceu sobre seus planos político-eleitorais para 2006, antes de o mensalão eclodir. Quis saber se ele, ou outros quadros do PT, teria interesse em governar São Paulo e depois alçar voos mais altos. ‘Eu, [Antonio] Palocci e [José] Genoíno temos um projeto, que é o projeto do Lula. **A gente faz o que o Lula quiser.** Não vamos entrar em disputa para ser governador de SP.’ Em resumo, Lula estava no comando. Dirceu operava para o líder maior do PT. Exercia com rigor o poder recebido do presidente. (*Folha*, 10/10/2012, grifos nossos)

Um outro escândalo político-midiático foi lançado durante o julgamento do mensalão, também incluindo o ex-presidente Lula, na qual uma assessora da Presidência da República em São Paulo era denunciada por suspeita de corrupção. Esse assunto não será foco deste trabalho, mas vale ser citado para evidenciar o clima de beligerância que havia entre petistas e a imprensa. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de dezembro, trazia a seguinte manchete: “Mensalão pagou despesa pessoal de Lula, diz Valério”, na qual informava que o empresário havia prestado depoimento à Procuradoria-Geral da República em 24 de setembro, portanto dias depois (e não antes) que *Veja* havia

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

publicado a denúncia inicial. No dia seguinte, o assunto foi parar na manchete da *Folha*: “Presidente do Supremo quer Lula investigado no mensalão” (*Folha*, 12/12/2012). O EPM do mensalão parece ser inesgotável.

Vitimização

Dois outros pacotes ganharam relevância na narrativa do julgamento do mensalão. Começamos por destacar o da *vitimização*, que só a *Folha* adotou. É o espaço que os veículos usam para abrigar o chamado “outro lado”, que vêm a ser respostas, reações e posicionamentos defensivos ou de contraataques dos personagens. O jornal publicou reportagens ouvindo Lula (“Tenho mais o que fazer”, 3/8/2012), Roberto Jefferson (“Salvei o Brasil de Dirceu”, 6/8/2012), José Dirceu (“Eu não vou fugir do Brasil”, 17/9/2012), a banqueira Kátia Rabello (“Tenho medo”, 26/9/2012) e o publicitário Duda Mendonça (“Comi o pão que o diabo amassou”, 20/10/2012).

No dia da primeira condenação de Dirceu e em meio às campanhas municipais, o secretário de Organização do PT, Paulo Frateschi, acusou adversários políticos de montar um script para colocar o partido na defensiva, “inclusive com as Redações dos grandes jornais” (*Folha*, 10/10/2012). O deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), condenado a 9 anos e 4 meses de prisão, desabafou:

É inaceitável da forma que foi feito. Não tem como o Judiciário julgar de forma isenta. **Somente o Sistema Globo de Televisão, foram cinco horas de cobertura em agosto.** Somadas as reportagens. TV Globo, aberta e fechada. Cinco horas. Só no meu caso, uma hora e 15 minutos. **Não há juiz que resista a uma pressão dessa.** Essa sociedade de espetáculo leva essas pessoas a ficarem com receio. Eu já estou condenado. Eu sofro há sete anos. **Veja a crueldade do espetáculo.** Não basta condenar. Não basta mandar ao ostracismo e ao limbo o sujeito. É quase uma pena de morte. Esse tipo de julgamento não é um julgamento isento. (*Folha*, 12/12/2012, grifos nossos)

Protagonismo midiático

Veja optou pelo caminho oposto, o de enaltecer a si mesma e à imprensa em geral por sua participação ativa no EPM. Quatro jornalistas da revista acompanharam o julgamento no plenário e na sala de imprensa do STF, com cobertura diária pelo portal na internet. Ao fim das sessões mais significativas, a publicação realizou uma mesa-

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

redonda comandada pelo jornalista Augusto Nunes e com a participação do advogado Roberto Podval, do historiador Marco Antonio Villa e do colunista Reinaldo Azevedo.

Os brasileiros comemoraram a decisão do STF como uma vitória dos valores republicanos, do vigor das instituições e da importância de uma imprensa livre e independente. Responsável pela descoberta do esquema de compra de parlamentares, a imprensa foi o alvo preferencial dos ataques dos mensaleiros. **VEJA e os grandes jornais do Brasil não se intimidaram** e continuaram a apurar e publicar notícias sobre o escândalo. A vigilância e a obstinação da imprensa foram reconhecidas pelos ministros do STF. **Se a imprensa tivesse renegado sua missão de ser os olhos da nação, certamente os responsáveis pelo mensalão nunca teriam sido punidos**, as versões teriam prevalecido sobre os fatos e o universo paralelo de Dirceu e companhia teria sido imposto como a verdade oficial. (*Veja*, 17/10/2012, grifos nossos)

Era preciso deixar claro o *protagonismo midiático*, da qual *Folha* e *Veja* sempre reivindicaram ser os principais personagens. “A maior parte desses comentários tem lugar na própria mídia que, cedendo ao tipo de auto-referência muitas vezes característico do campo da mídia, tende a devotar boa porção de tempo e atenção aos acontecimentos que as organizações de mídia ajudaram a produzir”, resume THOMPSON (2002, p. 106).

Observações finais

Venício Lima afirma que a imprensa não dependeu da revelação pública das cenas de corrupção nos Correios, em maio de 2005, para sentenciar negativamente o governo Lula desde antes mesmo desse período:

O ‘enquadramento’ da cobertura que a grande mídia fez, tanto do governo Lula como do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus membros, expressava uma ‘presunção de culpa’ que, ao longo dos meses seguintes, foi se consolidando por meio de uma narrativa própria e pela omissão e/ou saliência de fatos importantes. (LIMA, 2006, p. 14)

Fica para o campo das especulações o que teria preenchido essa narrativa própria descrita por Lima, traduzida em páginas e páginas de jornais e revistas, se o episódio que maculou a imagem do governo Lula não tivesse acontecido. Mas ele ocorreu e fez com que a imprensa não medisse esforços para transformar esse escândalo midiático em

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

sua principal agenda política. Numa análise sobre a cobertura noticiosa do mensalão, que inclui a crise política de 2005 e o julgamento de 2012 em comparação com uma crise do governo de FHC, pode-se extrair algumas conclusões:

- Em termos quantitativos, *Folha* e *Veja* diminuíram consideravelmente a exposição (número de reportagens, editoriais, chamadas de Primeira Página etc) das notícias sobre o julgamento, o que era esperado, mas adotaram um enquadramento predominantemente negativo, comparável com a da crise do mensalão e bastante superior ao caso do grampo do BNDES e dossiê Caymann.
- *Folha* e *Veja* se distinguiram na responsabilização do EPM do mensalão. O jornal atribuiu aos políticos petistas condenados a culpa pela crise, enquanto a revista procurou associar a condenação à figura de Lula. Durante a crise, os dois veículos responsabilizaram o então presidente petista. FHC foi poupado por *Veja*, mas não pela *Folha*.
- Na parte qualitativa do estudo, ficou evidente que houve um esforço acima do normal dos veículos estudados para traduzir o hermético linguajar do campo do Direito para o discurso midiático, num claro sinal de que só assim seria possível produzir o agendamento e o enquadramento que pudesse fazer sentido aos leitores.
- Para *Veja*, Lula mereceu não só ser tratado como um agente causador pela crise política, como deveria figurar no banco dos réus. Partiu da revista a iniciativa de trazer novos elementos na cobertura na tentativa de condenar publicamente o ex-presidente. O enquadramento da *denunciação antecipada* voltou a ser usado. A *Folha* também recorreu a esse enquadramento, porém em menor medida.
- Os dois veículos fizeram questão de se auto-referenciar, como é característico do campo da mídia, já que o resultado do julgamento, com a condenação dos principais acusados do PT, simbolizava um

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

reconhecimento de que a cobertura predominantemente negativa do mensalão tinha tido razão de ser.

A imprensa não é a Justiça, mas os jornalistas se arvoram o dever de julgar. Os profissionais de *Folha* e *Veja* foram próceres em transformar o julgamento do mensalão em um evento midiático, mudando substancialmente o rito que se costuma dar na quase totalidade dos processos que vão às barras dos tribunais. Jamais saberemos se teria sido outro o veredito caso os veículos de comunicação não tivessem tentado mobilizar a opinião pública. Na leitura dos dois veículos impressos analisados neste estudo, fica claro que houve uma ação deliberada para criar uma narrativa própria, e esta não era favorável aos réus, a maioria deles sendo condenados ao fim da AP 470.

Folha e *Veja* procuraram influenciar o rito processual, saudaram as sentenças rigorosas, mas qual o aprendizado que os dois veículos podem ter tirado da cobertura desse escândalo político-midiático desde 2005? A julgar pelo espaço dedicado à finalização do EPM, o que não é um padrão na rotina da imprensa sempre acostumada a deixar para trás as consequências dos casos que noticia, percebe-se que o mensalão foi muito mais do que uma notícia que merecia ser bem contada. Ele virou a principal bandeira temática para uma imprensa que se tornou engajada no propósito de se opor a um projeto político que gira em torno da figura do ex-presidente Lula (*lulismo*).

Não há problema algum nesse tipo de comportamento e os padrões diferenciados que adotaram *Folha* e *Veja* na cobertura do mensalão evidenciam a imprensa não se constitui como um partido político. O jornal foi crítico a maior parte do tempo, mas, como ensinam os livros de comunicação, conseguiu balizar seu noticiário com o contraditório e o fundou com base nos fatos. A revista, que historicamente nunca foi simpática ao PT, acabou por se converter em um dos principais símbolos de resistência ao *lulismo*. A revista tornou-se, por assim dizer excêntrica, no sentido exato da palavra, isto é, que se desvia ou se afasta do centro, onde os demais órgãos da imprensa, em maior ou menor grau, sempre se posicionam.

V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

Bibliografia

AZEVEDO, F.A. Mídia e democracia no Brasil, relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006.

_____. A imprensa brasileira e o PT um balanço da cobertura das eleições presidenciais de 1989 a 2006. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p. 48-65. 2009.

GAMSON, W. A. **Falando de Política**. tradução de Ângela Cristina Salgueiro Marques,. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 314, 2011.

GAMSON, W.A., MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

LEITE, P. M. **A outra história do mensalão, as contradições de um julgamento político**. v. 7. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LIMA, V. A. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LYCARIÃO, D. Internet e movimento ambientalista. In: MAIA, R.C.M., GOMES, W., MARQUES, F.P.J.A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, p. 257-292, 2011.

McCOMBS, M.E; SHAW, D.L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, vol 36 (2), p. 176-187, 1972.

NUNOMURA, E. Um Estudo Empírico sobre o “mensalão”. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 3 a 7 set. 2012, Fortaleza. **Anais da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2012, p. 1-15.

_____. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-18122012-125216/>>. Acesso em: 19 abr 2013.

PEREIRA, R. R. A grande arte de Joaquim Barbosa. **Revista Retrato do Brasil**, n.68, março de 2013. Disponível em: http://www.oretratodobrasil.com.br/revista/RB_68/pdf/RB68_parcial.pdf. Acesso em: 17 abr 2013.



V Encontro da Compolítica, Universidade Federal do Paraná, 8 a 10 de maio de 2013

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SILVA, C.L. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**; Cascavel: Edunioeste, 2009.

SINGER, A. Mídia e democracia no Brasil. **Revista USP**, No. 48, p. 58-67, São Paulo: USP-CCS, 2000.

THOMPSON, J.B. **O escândalo político, poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega Editora, 2ª Edição, 1999.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**; tradução Karina Jannini, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.